

Visão além dos olhos: A percepção de estudantes com deficiência visual sobre as políticas de acessibilidade e inclusão no ensino superior de música

Comunicação

GTE 12 – Ensino de música, inclusão e anticapacitismo

Renan Ezequias Fernandes
Universidade Federal de Minas Gerais
renanezequiasfernandes@gmail.com

Jussara Fernandino
Universidade Federal de Minas Gerais
jussarafernandino@ufmg.br

Resumo: A presente comunicação visa a explanar o resultado de uma dissertação concluída no Programa de Pós- Graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais, cujo tema é o atendimento ao estudante com deficiência visual no contexto do ensino superior de música em duas universidades de Minas Gerais. A pesquisa propôs compreender como funcionam as políticas de acessibilidade e inclusão desenvolvidas por duas universidades públicas — Universidade do Estado de Minas Gerais e Universidade Federal de Minas Gerais, por meio de suas estratégias institucionais e o alcance destas a partir da narrativa dos estudantes com deficiência visual que frequentaram ou frequentam estas instituições. Tendo como base um diálogo em torno dos campos das políticas públicas de inclusão e educação musical (Reily, 2008; Domingues, 2009; Bonilha, 2010; Louro, 2015; Keenan Júnior, 2017; Tudissaki, 2019; Souza, 2019), a investigação utilizou a abordagem qualitativa, empregando como instrumentos de coleta de dados a análise documental das políticas estabelecidas por ambas as universidades e entrevistas com estudantes de graduação em música com deficiência visual. Como resultado, verificou-se a existência de políticas de inclusão nas duas universidades, mas não o suficiente para atender as demandas dos estudantes com deficiência visual, além da necessidade de aperfeiçoamentos no preparo dos profissionais envolvidos na formação desta comunidade. Neste artigo, apresentamos o recorte das entrevistas realizadas.

Palavras-chave: Deficiência visual; Música e Inclusão; Universidade e Inclusão.

Introdução

Este trabalho constitui um recorte da dissertação de mestrado concluída no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada “Suporte ao estudante com deficiência visual no ensino superior de música: um estudo sobre as políticas de acessibilidade e inclusão desenvolvidas em duas universidades públicas de Minas Gerais”.

O interesse por este tema foi motivado por minha participação como aluno de extensão no Centro Braile da Escola de Música da UEMG, espaço dedicado à transcrição e produção de materiais musicais em Braile visando atender alunos com deficiência visual. Essa experiência suscitou diversas questões que orientaram o desenvolvimento da presente pesquisa, como por exemplo: De maneira geral, existem políticas de inclusão adotadas nas universidades para atender essa comunidade? Essas políticas são eficazes? E qual a percepção dos estudantes atendidos perante as políticas de inclusão e acessibilidade adotadas pelas referidas instituições?

Considerando que essa comunidade está progressivamente alcançando níveis educacionais mais altos devido à conquista de direitos e à implementação de políticas afirmativas, ressalta-se a necessidade de desenvolver estudos mais aprofundados sobre o tema, uma vez que tem sido demonstrado a escassez de publicações neste contexto (Chaves; Wollffenbüttel, 2020; Soares; Trindade, 2021).

Perante esse cenário, a pesquisa se propôs a alcançar uma melhor compreensão da relação entre deficiência visual e ensino superior de música, analisando as políticas e as práticas de inclusão voltadas ao estudante de música com deficiência visual em duas instituições de ensino superior, sendo estas a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em suas respectivas escolas de música, no âmbito da graduação.

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, utilizando, como instrumentos de coleta de dados, a análise documental em torno das políticas de inclusão adotadas pelas universidades e entrevistas semiestruturadas com estudantes de graduação com deficiência visual. Por meio da análise documental, identificou-se nas universidades citadas a presença de núcleos de apoio à pessoa com deficiência, como por exemplo: Centro Braile da ESMU; Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV). Verificou-se também a existência de editais específicos e disciplinas voltadas

para o tema. No presente artigo, contudo, será apresentada a etapa das entrevistas e os resultados alcançados pela investigação, como explanado a seguir.¹

A percepção dos estudantes com deficiência visual sobre as políticas universitárias de inclusão e acessibilidade

A pesquisa adotou a entrevista semiestruturada, tendo como critério de participação sujeitos estudantes de graduação em música com deficiência visual pertencentes à Escola de Música da UEMG e à Escola de Música da UFMG, matriculados ou egressos, tendo sido entrevistados três alunos de cada unidade acadêmica. Conforme Duarte (2002, p. 141), a definição dos entrevistados é algo primordial no processo de investigação de uma pesquisa qualitativa, por interferir diretamente na qualidade do resultado do trabalho. A descrição e delimitação dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado. Sendo assim, o objetivo das entrevistas foi trazer para o contexto da pesquisa informações sobre o cotidiano e a realidade vivenciada pelos estudantes de música com deficiência visual no ambiente universitário, e suas percepções das políticas de inclusão oferecidas pelas universidades, permitindo uma comparação com as propostas institucionais encontradas na análise documental.

As entrevistas foram antecedidas pela apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual proporcionou informações detalhadas sobre os objetivos da pesquisa, seus potenciais riscos e benefícios. Adicionalmente, garantiu sigilo absoluto e a liberdade dos entrevistados para interromper o processo a qualquer momento, seja por questões emocionais ou possíveis receios de constrangimentos institucionais. O TCLE foi disponibilizado em diferentes formatos - texto acessível, braile e áudio - para que cada entrevistado pudesse escolher a versão que lhe fosse mais adequada. As entrevistas foram realizadas no dia e horário que melhor atenderam aos entrevistados, bem como o meio de realização: presencial, chamada de vídeo ou áudio via aplicativo WhatsApp. Cabe ressaltar,

¹ Para a íntegra da dissertação ver: <http://hdl.handle.net/1843/62225> de acesso

que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMG em 22 de junho de 2023, tendo recebido, para tal, a anuência das Escolas de Música da UEMG e UFMG.

O roteiro da entrevista seguiu uma ordem única para todos, havendo algum grau de flexibilidade, conforme permite a entrevista semiestruturada. As categorias empregadas no roteiro da entrevista, foram: 1) Identificação do entrevistado; 2) Ingresso e adaptação na universidade; 3) Conhecimento dos setores de apoio disponíveis na instituição de origem; 4) Disponibilidade e funcionamento dos recursos de suporte no cotidiano acadêmico; 5) Relação com professores, funcionários e colegas na universidade; 6) Concepção geral sobre aspectos positivos e negativos do curso de música quanto ao suporte ao estudante com deficiência visual; 7) Palavra livre.

A seguir será apresentado o resultado das entrevistas realizadas, conforme as categorias do roteiro empregado.

Identificação dos entrevistados

Entre os entrevistados selecionados, identificamos três perfis distintos: estudantes que concluíram o curso, estudantes atualmente cursando e estudantes que abandonaram o curso. Eles estão ou estiveram matriculados em cursos de licenciatura ou bacharelado em música, abrangendo o período de 2001 a 2023. O grupo é composto por três entrevistados do sexo feminino e três do sexo masculino, com idades variando entre 28 e 62 anos.

No quadro a seguir, encontram-se detalhes sobre o perfil dos estudantes entrevistados, quanto ao diagnóstico relativo à deficiência visual, faixa etária e informações sobre o curso de graduação.

Quadro I: Perfil dos Entrevistados²

Nome	Diagnóstico	Idade	Instituição	Curso	Entrada/ Saída
Amanda Entrevistada em: 24/07/23.	Cegueira Total (Atrofia do nervo óptico, Glaucoma e catarata)	52	UEMG	Licenciatura em Educação Artística - Habilitação em Música ³	2001-2005
Carolina Entrevistada em: 20/07/23.	Coloboma de Iris e Retina	32	UFMG	Bacharelado em Música - Habilitação em Musicoterapia	2011-2014
João Entrevistado em: 19/07/23.	Retinose Pigmentar – Degeneração da Retina	56	UEMG	Licenciatura em Música - Habilitação em Educação Musical Escolar	2014-2018 desistência
Márcio Entrevistado em: 20/07/23.	Retinose Pigmentar Periférica – Degeneração da Retina	62	UFMG	Licenciatura em Música	2015-2022
Micaela Entrevistada em: 01/08/23.	Cegueira	35	UFMG	Licenciatura em Música	2018 – A concluir
Robert Entrevistado em: 19/07/2023.	Ausência de globo ocular – Síndrome de Anofthalmia (Má Formação)	28	UEMG	Licenciatura em Música - Habilitação em Piano	2013-2019

Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo a literatura da área sobre as limitações visuais, existem duas categorias de deficiência visual, são elas a cegueira e a baixa visão (Nunes; Lomônaco, 2010, p. 56). A cegueira se caracteriza pela perda total da visão ou quase nenhuma percepção luminosa. Já a baixa visão

² Os nomes atribuídos aos entrevistados são fictícios para garantir as normas de sigilo e anonimato.

apresenta algum comprometimento visual que acarreta a perda de campo de visão central ou periférica. No caso dos entrevistados, dois deles se encontram na classificação da baixa visão, sendo eles o Márcio e a Carolina, e os outros quatro (Micaela, Amanda, Robert e João) entram na classificação da cegueira.

Ingresso e adaptação na universidade

Por meio das entrevistas, foi possível notar que ambas as instituições atenderam às solicitações referentes ao processo seletivo. A UEMG adota, como suporte nessa fase de ingresso, a estrutura e os profissionais do Centro Braile, sendo possível a transcrição em braile da prova, e a presença do leitor, profissional responsável por acompanhar e ditar a prova ao candidato; já a UFMG disponibiliza somente o leitor. Todos os entrevistados utilizaram tal direito ofertado pelas universidades. O atendimento a essas solicitações está em consonância com Keenan Júnior (2017, p. 120), que cita a Handicap Internacional⁴ (2008), e afirma que os dois elementos principais da inclusão são o “empoderamento” e a “responsabilidade”. O primeiro refere-se à participação de pessoas com deficiência apropriada de seus direitos de forma interessada e ativa, enquanto a “responsabilidade” refere-se ao dever das instituições em implementar esses direitos.

Entretanto, no tocante a adaptação, parte dos entrevistados apontou dificuldades ao ingressar na graduação em música. Expressões extraídas das entrevistas originais refletem bem o sentimento dos entrevistados ao adentrarem a universidade, como por exemplo: “o medo do novo”, “despreparo [da universidade e dos professores] ao lidar com pessoas com deficiência visual”, “dificuldades com a informatização”. Quanto ao despreparo mencionado, Marino (2009, p. 126) indica que “profissionais não acostumados ao ensino especial tem temores a respeito da educação especial e inclusiva, por desconhecerem procedimentos simples, até mesmo vocabulário ou tratamento que se deve dar ao deficiente”.

Apesar de todos os pontos citados acima, é de aceitação geral que os colegas e professores foram solícitos e cuidadosos nesse processo de adaptação. Mesmo que parte dos

⁴ A *Handicap Internacional* é uma organização internacional independente, que visa a ajudar pessoas com deficiência, refugiados e vulneráveis em situação de pobreza.

Disponível em: <https://www.hi.org/en/our-cause> Acesso em: 08/08/2024.

profissionais e colegas não possuíam conhecimento técnico e prático com essa nova realidade, a grande maioria demonstrou satisfação com a receptividade no curso.

Conhecimento dos setores de apoio

Este item apresenta a relação dos entrevistados com os núcleos de apoio das respectivas instituições. Na UFMG, os estudantes demonstraram conhecimento sobre o setor de apoio denominado NAI. No entanto, na UEMG, a situação é diferente, apenas um dos três entrevistados afirmou conhecer o NAE. Conforme dados documentais, o NAE foi aprovado em 2010, mas só foi oficializado em 2021. A demorada de mais de uma década pode explicar o desconhecimento dos estudantes, especialmente porque todos os entrevistados saíram da UEMG antes de 2021.

Por outro lado, todos os estudantes da graduação em música da UEMG citaram que o Centro Braille, presente na Escola de Música, foi o único suporte oferecido, e era onde recorriam. Se diferindo dos demais núcleos que são setores da universidade como um todo, cabe ressaltar a importância de haver um setor como o Centro Braille na unidade que oferece o curso de música, atuando, assim, com maior nível de proximidade dos estudantes com deficiência visual.

Disponibilidade e funcionamento dos recursos de suporte no cotidiano acadêmico

O conhecimento sobre os recursos de acessibilidade foi unânime entre os estudantes da UEMG. Após ingressarem, todos foram contatados pelo Centro Braille para entender suas necessidades e garantir a melhor adaptação possível. Robert mencionou que recebeu uma ligação da coordenadora antes de realizar o teste de habilidades específicas, para discutirem a transcrição da prova, partituras e melhor forma de leitura.

Na UFMG, todos os estudantes foram informados e tiveram acesso aos recursos de acessibilidade disponíveis na instituição após a realização da matrícula, a cada período, uma cartilha com informações sobre as atribuições do NAI era disponibilizada e entregue aos professores no início do semestre.

A partir das entrevistas, também foi possível perceber que os recursos utilizados variavam conforme o tipo de classificação da doença, considerando as individualidades de cada

estudante. Carolina, por exemplo, tem como diagnóstico o Coloboma, que está na classificação de baixa visão, e o principal recurso utilizado por ela foi o ampliador de textos e partituras. A musicografia braile está entre a mais utilizada pelos estudantes das duas instituições. Amanda, Micaela, Márcio, Robert e João, todos citaram a musicografia braile como ferramenta presente no decorrer da graduação.

Os entrevistados mencionaram recursos tecnológicos relacionados à acessibilidade. Amanda usava gravadores e smartphones para registrar áudio das aulas e acessar apostilas. João também se beneficiou das gravações na disciplina de canto coral, com a ajuda de um colega que gravava as melodias do naipe em que ele cantava. Além disso, os leitores de tela foram essenciais. Robert e Márcio escolheram esse recurso para acessar informações. Micaela também mencionou documentos eletrônicos em formato acessível, que podem ser usados com ou sem leitores de tela. O uso da tecnologia, vem sendo um recurso extremamente importante no processo educacional de pessoas com deficiência uma vez que “para as pessoas sem deficiência a tecnologia torna as coisas mais fáceis, para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis” (Bersch apud Radabaugh, 1993).

Além dos recursos didáticos e pedagógicos, as adaptações do espaço físico são aspectos importantes no processo de inclusão, a Lei Brasileira de Inclusão⁵ destaca a “acessibilidade arquitetônica” como um dos pilares no processo de inclusão educacional (Pletsch; Souza, 2021, p. 15). Na UEMG, foi identificado que os alunos não se sentiam confortáveis com as condições do espaço físico, todos os entrevistados que frequentaram a instituição queixaram-se da estrutura. Robert citou que: “as escolas tinham degraus, a gente tinha que subir pro segundo, terceiro andar e pro subterrâneo”, e complementou “eu que me adaptei à escola”. Robert, quando questionado sobre adaptação da estrutura física do espaço, em tom de ironia disse: “tem umas escadas boas, pra homenagear o cego, pro cego cair”. Prosseguindo os relatos, João afirmou que para se locomover e realizar coisas básicas, como

⁵ Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

tomar um café na cantina, era uma dificuldade, e sem o apoio de algum colega não seria possível realizar tais atividades.

Da mesma forma na UFMG, Micaela mencionou que, embora as adaptações padrão para pessoas com deficiência visual, como pisos táteis e relevos nas escadas, não estejam presentes na Escola de Música, ela conseguiu se localizar usando referências pessoais. Márcio enfrentou dificuldades físicas, mas sua determinação e força de vontade foram essenciais para mapear o campus. Carolina, com baixa visão, encontrou marcações no chão e números de sala grandes que não estavam de acordo com as normas específicas, mas não sabe se há indicações em braile, ela contava com colegas para se deslocar.

Finalizando esta categoria, foi perguntado aos estudantes se o suporte e recursos de acessibilidade da universidade foram suficientes para seu desenvolvimento musical. Robert afirmou que foi “suficiente, porque eu corri atrás”, e pontuou que o principal problema era o tempo que precisava aguardar para ter os materiais em mãos, em especial as partituras do repertório obrigatório do seu curso, além da falta de manutenção dos recursos por parte da universidade e a falta de investimentos em tecnologias atualizadas. Ele exaltou a importância da atuação de uma das professoras que possui conhecimento técnico sobre a musicografia braile, e em meio a todas as dificuldades se desdobrava para contribuir positivamente em sua formação, e finalizou com a frase: “mas muito mais pela pessoa, do que pelos recursos, a Marina cuidava como se eu fosse um filho dela”.

No que se refere ao suporte e recursos disponibilizados pela UEMG, foi concluído que:

- 1) A instituição apresenta recursos para atender a comunidade de pessoas com deficiência visual;
- 2) A estrutura física da universidade é um dos pontos críticos da instituição, uma vez que todos os entrevistados se queixaram do prédio onde é sediada a Escola de Música;
- 3) Uma solução apontada nos documentos oficiais da universidade para colaborar no mapeamento do espaço físico pelos estudantes com deficiência visual é a presença do/a monitor/a, porém apenas um dos entrevistados teve acesso a esse direito;
- 4) Ocorre um esforço do Centro Braile em contribuir com a formação dos estudantes;
- 5) Foram identificados problemas na comunicação, e desconhecimento sobre os setores de apoio;
- 6) Há descuido com a manutenção dos equipamentos disponíveis no espaço, e a falta de investimento em tecnologias que facilitariam a adaptação dos materiais;
- 7) Ocorre desconhecimento e despreparo dos professores sobre o direito dos estudantes com deficiência na instituição.

Na UFMG, podemos apontar que: 1) As adaptações dos materiais ocorrem com atrasos; 2) A falta de um professor qualificado e que domine a musicografia braille na instituição influencia na lentidão das adaptações; 3) Ocorre Falhas na comunicação entre o Núcleo de apoio, estudantes e professores; 4) Há descumprimento de normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como piso tátil, e marcações em braille; 5) A estrutura física da universidade é um dos pontos críticos da instituição, uma vez que todos os entrevistados se queixaram do campus.

Isso reforça as seguintes conclusões apresentadas por Silva e Pimentel (2021, p. 15):

Embora tenha ocorrido um aumento considerável no ingresso de estudantes com deficiência visual nas IES, reconhecemos que as universidades ainda não estão preparadas para atender às demandas dos estudantes com deficiência. Ainda que o acesso desses alunos esteja garantido, as IES encontram dificuldades relacionadas com o cumprimento da legislação que ampara e assegura o atendimento igualitário às pessoas.

Relação com professores, funcionários e colegas na universidade

A relação interpessoal dos entrevistados com os professores, colegas, funcionários das universidades foi destacada por alguns entrevistados como aspecto positivo. João, no entanto, mencionou dificuldades e sensação de preconceito na relação interpessoal com alguns colegas, afirmando: “muita gente, eu percebi, às vezes, não se sentava do meu lado para não ter que fazer grupo, para não ter que me ajudar. Isso sempre foi nítido para mim.”

Já com relação à preparação profissional do corpo docente, todos os entrevistados não consideraram os professores profissionalmente capacitados para lidar com a comunidade em pauta. Amanda declarou: “muitos ficam perdidos, muitos ficam sem saber o que fazer, como fazer né”. Conforme a entrevistada, os professores demonstravam durante as aulas que não estavam aptos para trabalhar com essa nova realidade na sala de aula, muitas das adaptações que ocorriam, no formato das aulas, avaliações e trabalhos, partiram de ideias da própria aluna que assim proferiu: “na verdade, eu que dava as instruções, né (...) eu ensinava o professor”.

Esses depoimentos ressaltam a questão da formação do professor. Louro (2015) destaca que, quando se encontra profissionais qualificados no ensino da música para pessoas com deficiência, na maioria das vezes a formação desse profissional se dá por conta própria,

buscando-a em outras áreas de maneira geral. Já Souza e Sampaio (2019, p. 126) apontam cursos de graduação em música que não possuem disciplinas voltadas para a inclusão, o que, para Pletsch (2009, p.150), acaba auxiliando na manutenção de práticas segregacionistas.

Acerca da capacitação dos funcionários, foi identificado o mesmo sentimento com relação aos professores. É apontado o empenho no atendimento, porém, é claro para todos os entrevistados que os profissionais não se encontram capacitados para atender a comunidade de pessoas com deficiência.

Concepção geral sobre aspectos positivos e negativos do curso de música quanto ao suporte ao estudante com deficiência visual

Neste item, buscou-se captar o que os participantes da pesquisa destacariam, de modo geral, dentre as experiências consideradas positivas e negativas. De modo geral, as respostas reforçaram o que as perguntas anteriores captaram.

Entre os pontos positivos da UEMG, foram citados: 1) Boa vontade dos profissionais envolvidos; 2) Empenho da coordenação do Centro Braille; 3) Socialização com os colegas e funcionários; e 4) Aprendizado. E referente aos pontos negativos, foi exposto pelos alunos: 1) Falta de preparo dos profissionais; 2) Ausência de adaptações no espaço físico; 3) Desprovimento de tecnologias e materiais que auxiliem nas adaptações dos materiais curriculares; 4) Demora na disponibilização dos materiais.

Já na UFMG, é possível destacar como pontos positivos apontados pelos entrevistados: 1) Acolhida; 2) Desejo coletivo de “fazer acontecer”; 3) Flexibilidade do corpo docente; 4) Empenho “próprio” dos entrevistados; 5) Prestatividade dos colegas e professores. Dentre os aspectos negativos estão: 1) Falta de preparo de alguns docentes; 2) Falta de acessibilidade no campus e 3) Problemas de comunicação com alguns professores.

Palavra livre

Aqui apresentamos as colocações dos participantes, além das perguntas formuladas. Robert apontou que, no geral, sua graduação em música foi uma experiência positiva, pôde conhecer “pessoas legais”, tocou e aprendeu muito, porém ressalta que ainda existe um longo

caminho a percorrer: “Mas, assim, a gente está longe do ideal [...]. Eu acho que é pensar mais na prática, inclusão sempre foi assim né, inclusão só existe no papel”.

João ressaltou que, apesar de não finalizar o curso de graduação em música, carrega consigo boas lembranças, e foi totalmente válido tanto na vida pessoal, quanto na sua trajetória como músico. Ainda acrescentou: “Eu não arrependo em momento algum de ter passado por esse período na UEMG, entendeu? Foi muito válido, assim, como experiência para a vida.” João saiu da Universidade em 2018, no oitavo período, o aluno se desligou da instituição por questões emocionais.

Amanda reforçou a necessidade de promover capacitações relacionadas a inclusão para todos os profissionais envolvidos com a universidade, mediante palestras, cursos e direcionamentos sobre como lidar com todos os tipos de deficiência. Sugeriu, também, a criação de um acervo em braile dos materiais didáticos utilizados nos cursos de graduação em música, como partituras, métodos, livros etc.

Márcio expressou satisfação ao concluir sua entrevista e formar-se no curso de graduação em música da UFMG. Ele destacou a importância das pesquisas e entrevistas para incentivar outras pessoas com deficiência visual a ocuparem o espaço acadêmico. Para Márcio, a UFMG e sua escola de música não são inacessíveis, mas sim um sonho realizável.

Conclusões a partir das entrevistas

Com base no contexto geral das entrevistas, fica evidente que as Escolas de Música das universidades mencionadas apresentam políticas de inclusão e acessibilidade voltadas para estudantes com deficiência visual. No entanto, a maioria dos entrevistados consideraram que essas políticas não são suficientes para atender às suas necessidades. Eles destacam a iniciativa pessoal e a "força de vontade" como fatores decisivos para completar seus estudos e superar os obstáculos encontrados ao longo da trajetória acadêmica. As entrevistas reforçam as conclusões apresentadas por Silva e Pimentel (2021, p. 15), que apesar do aumento de estudantes com deficiência visual nas universidades, essas instituições ainda enfrentam dificuldades para atender adequadamente às suas necessidades e cumprir a legislação de acessibilidade.

Grande parte dos envolvidos no percurso acadêmico dos entrevistados, demonstraram boa vontade e disposição em colaborar, visando o êxito dos estudantes com deficiência visual, esse fator influencia positivamente o ambiente, e conseqüentemente contribui para uma boa relação interpessoal entre os pares. Contudo, não é o suficiente, precisamos dessa boa vontade em conjunto com um melhor preparo dos envolvidos. Nesse sentido, conforme a Lei Brasileira de Inclusão, incumbe ao poder público assegurar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio”.

Diante das iniciativas e medidas oferecidas pelas entidades educacionais mencionadas, a escassez de investimentos em tecnologia para atender essa comunidade, as falhas de comunicação entre os setores de apoio e demais agentes envolvidos na formação dessa comunidade, a insuficiência de formação técnica dos professores e demais colaboradores, além da negligência quanto às necessárias adaptações estruturais, confirmam o quanto as universidades ainda precisam trabalhar para ofertar práticas mais inclusivas.

Com base nessa investigação, cada escola de música é regida por políticas internas determinadas por sua universidade, essas políticas direcionam as iniciativas e sua execução. Contudo, o que realmente importa é colocá-las em prática, todas as ações identificadas são importantes e devem ser valorizadas. Em um Brasil onde avançamos lentamente em direção a uma educação musical mais inclusiva, todo esforço merece reconhecimento.

A presente comunicação teve como objetivo compreender a realidade descrita e refletir sobre caminhos que possam auxiliar na inclusão de alunos com deficiência visual no ensino superior de música. O foco é proporcionar autonomia e acesso aos níveis mais avançados de ensino, pesquisa e criação artística.

Nos últimos anos, as políticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior em música das duas instituições abordadas pouco evoluíram. As entrevistas realizadas revelam que, ao longo do tempo, as queixas e relatos dos estudantes permanecem semelhantes, mesmo com uma diferença de mais de 20 anos entre as experiências. É fundamental que, além do progresso das políticas públicas de acessibilidade e inclusão, os referenciais curriculares valorizem mais ações nos espaços acadêmicos que abordem esse tema. Assim, abrir-se-ão caminhos para essa comunidade no meio universitário. Apenas com a presença desses

estudantes nesses espaços será possível refletirmos sobre as práticas musicais que corroboramos.

Espera-se que este trabalho enriqueça o debate sobre as políticas de inclusão adotadas pelas universidades e suas unidades acadêmicas de música, dando voz principalmente aos principais interessados nesse tema: os próprios estudantes com deficiência visual.

Referências

BERSCH, Rita. *Introdução à tecnologia assistiva*. 2008. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em: 28 jul de 2024.

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. *Do toque ao som: o ensino da musicografia Braille como um caminho para a educação musical inclusiva*. Tese de doutorado—Campinas - SP: Universidade Estadual de Campinas, 10 fev. 2010. Disponível em: <https://musicaeinclusao.files.wordpress.com/2016/06/bonilha-fabiana-do-toque-ao-som_-o-ensino-da-musicografia-braille-como-um-caminho-para-a-educacao-musical-inclusiva.pdf>. Acesso em 28 jul de 2024.

CHAVES, Fabiane Araujo; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. *Pesquisas sobre Educação Musical e Deficiência Visual: um mapeamento das pesquisas publicadas nos últimos anos*. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 5, p. 30768–30791, 2020. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10609/9001>>. Acesso em: 28 de jul de 2024.

DOMINGUES, Taciano Luiz Coimbra.; DOMINGUES, Mariana Rose Cavalli. *EDUCAÇÃO ESPECIAL: Historicidade e Legislação*. Em: Científico e II simpósio de educação. Lins/ São Paulo: 2009. Disponível em: <<https://iparadigma.org.br/biblioteca/educacao-especial-historicidade-e-legislacao/>>. Acesso em: 28 de jul de 2024.

DUARTE, Rosália. *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139–154, mar. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 jul de 2024.

KEENAN JÚNIOR, Daltro. *Trajetória acadêmica de alunos com deficiência visual: um estudo com egressos da graduação em música*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis - Santa Catarina: entro de Artes, da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <<https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00002d/00002d82.pdf>>. Acesso em: 28 de jul de 2024.

NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. *O aluno cego: Preconceitos e potencialidades*. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 14, Número 1, janeiro/Junho de 2010: 55-64. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/YKv7sx5Zp6557RQvrBQ66gp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 09 ago de 2024.

LOURO, Viviane. *Educação Musical Inclusiva: desafios e reflexões*. Música e Educação - Série diálogos com o som, v. 2, n. EdUEMG, p. 33–49, 2015.

MARINO, Gisele. *Um olhar musical: minhas impressões sobre o ensino de música para deficientes visuais*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2009.

PLETSCH, Marcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educar em Revista*, n. 33, p. 143–156, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGOBRR76Hc9dHqQ/abstract/?lang=pt>

Acesso em: 09 ago de 2024.

PLETSCH, Marcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. *Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras*. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Araraquara, v. 16, n. esp2, p. 1286–1306, 2021. Disponível em: <

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15126>>. Acesso em: 28 jul. 2024.

REILY, Lucia. *Músicos cegos ou cegos músicos: representações de compensação sensorial na história da arte*. *Cadernos CEDES*, v. 28, n. 75, p. 245–266, ago. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/XNxxXQLGdTjrngQqw9RFxff/?format=pdf>>. Acesso em: 10 de jul de 2024.

SILVA, Jailma Cruz da; PIMENTEL, Adriana Miranda. *Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior*. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 29, p. e2904, 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/jK7sbFjxkRX4z3n9Zbcdwdj/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 28 de jul de 2024.

SOUZA, Leticia Caroline; SAMPAIO, Renato Tocantins. *A educação musical inclusiva no Brasil: uma revisão de literatura*. *Revista Olhares*. v. 7, n. 2, p. 113–128, 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/download/869/7186/39540>>. Acesso em: 28 de jul de 2024.

TRINDADE, Brasilena Gottschall Pinto.; SOARES, Eduardo Franklin Pereira Soares. *O ensino de música às pessoas com deficiência visual: uma revisão sistemática de literatura nos Anais dos Congressos ANPPOM 2015 – 2020*, p. 16, 2021. Disponível em: <

<https://ojs.musica.ufrn.br/emi/article/download/22/3/40>> Acesso em: 28 de jul de 2024.

TUDISSAKI, Shirlei Escobar *A performance musical da pessoa com deficiência visual*. Tese de doutorado—São Paulo: UNESP, 2019. Disponível em: <

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181303/tudissaki_se_dr_ia_int.pdf?sequence=6&isAllowed=y> Acesso em: 28 de Jul de 2024.